



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

11 de Dezembro 2014



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/12/2014
<b>Assunto:</b> Educação		<b>Página:</b> Online



# Educação é a saída para crescimento da economia latina

O crescimento econômico da América Latina em 2014 foi o menor dos últimos cinco anos e a solução para essa desaceleração está no incentivo à educação e à formação de mão de obra. A conclusão é do relatório *Perspectivas Econômicas para a América Latina 2015*, divulgado no dia 9 pelo Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

De acordo com as previsões do relatório, a economia da região crescerá entre 1% e 1,5% em 2014, bem menos do que em 2013 (2,5%) e 2012 (2,9%). Para os especialistas da OCDE, a desaceleração aponta uma década de baixo crescimento na América Latina, que precisa ser revertida por meio da “melhoria do padrão de educação, ampliação da formação de mão de obra e do incentivo à inovação”.

Para a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, é preciso fortalecer o link entre educação, produtividade e inovação, garantindo mais oportunidades de qualificação aos trabalhadores e promovendo mudanças estruturais, como a diversificação da economia, que garantirá um mercado mais qualitativo, com posições mais bem remuneradas. “Em troca, teremos menos informalidade, desemprego e menos desigualdade”, ressaltou. Presidente do CAF, Enrique



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Garcia declarou que, na falta de um ambiente externo excepcionalmente favorável, “a região precisa aprofundar a integração e enfrentar os desafios estruturais que se apresentam para o desenvolvimento”. “Para apoiar o potencial de crescimento, é preciso investir na inovação e melhoria dos padrões de produção, educação e capacitação técnica”, enfatizou.

O relatório observa que a diferença na performance educacional de um aluno de ensino médio na América Latina, em comparação à de estudantes dos países-membros da OCDE, é alta. Ela equivale a 2,4 anos adicionais de educação. Além disso, desigualdades socioeconômicas influenciam fortemente no acesso à educação entre os países latino-americanos. Conforme o levantamento, apenas 56% dos estudantes mais pobres frequentam o ensino médio, contra 87% dos mais ricos.

O documento revela ainda que as limitações na qualidade da educação impactam fortemente na competitividade das companhias localizadas na América Latina. “As companhias na América Latina enfrentam mais dificuldade para encontrar mão de obra qualificada do que em outras regiões do mundo”, salienta.

O relatório indica que a probabilidade de uma empresa latino-americana enfrentar dificuldades para encontrar trabalhadores com capacidades adequadas às suas necessidades é três vezes maior que uma similar no Sul da Ásia, e 13 vezes maior que na região da Ásia-Pacífico. “Para combater essa falta de qualificação, políticas específicas são necessárias na educação primária, secundária, técnica e profissional.”

O Brasil destaca-se no relatório pela ampliação no gasto com educação, de 4% do PIB, em 2000, para 5,8%, em 2010, acima da média da América Latina (5%) e da região da OCDE (5,6%). A desigualdade do acesso à educação no país ainda é um problema. Entre os mais pobres, o acesso é 15% menor. Outra dificuldade apontada na realidade brasileira é a alta taxa de evasão escolar. Na educação primária, ela é 46% (2% na região da OCDE) e na secundária, de 26% (6% na região da OCDE).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/12/2014
<b>Assunto:</b> Educação	<b>Página:</b> Online	



### Mais de 38 mil presidiários participaram do Enem

Mais de 38 mil presidiários e adolescentes internados participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Aplicadas nos dias 9 e 10, as provas incluem os candidatos que, por algum motivo, tiveram testes cancelados, como foi o caso dos que fizeram o exame na Escola das Dunas, distrito de Pitangui, na cidade de Extremoz, região metropolitana de Natal, e Escola Estadual Eldah Bitton, em Manaus. Nas duas unidades, houve falta de energia elétrica. No caso dos detentos, os 38,1 mil participantes do Enem deste ano representam, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostram crescimento de 25,65% em relação à edição anterior, que registrou 30,3 mil inscritos.

As inscrições para pessoas privadas de liberdade foram feitas pela internet pelos responsáveis pedagógicos de cada instituição. Eles também são encarregados do acesso aos resultados, da divulgação das informações do exame aos inscritos e do encaminhamento deles ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a programas voltados para a educação superior.

Este ano, mais de 6,2 milhões de candidatos fizeram as provas do Enem nos dias 8 e 9 de novembro. A nota do exame pode ser usada para participar de programas como o Sisu, que disponibiliza vagas para ensino superior público, Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas em instituições privadas, e o Sistema de Seleção Unificada do Ensino Técnico e Profissional (Sisutec), que abre vagas gratuitas para cursos técnicos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O exame também é pré-requisito para firmar contratos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e obter bolsas de intercâmbio pelo Programa Ciência sem Fronteiras, além da certificação do ensino médio.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 11/12/2014
<b>Assunto:</b> Educação		<b>Página:</b> Online



# Profissionais da educação denunciam retaliação após greve

Um grupo de profissionais da educação fez ontem (10) um ato para denunciar a retaliação e falta de cumprimento de acordos, após a greve deste ano. A Ceia da Indignação, como foi chamada a manifestação, ocorreu na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, e teve um presépio humano e uma ceia de pão e água, “que é como a categoria se encontra”, segundo a coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe), Marta Moraes. “Nós estamos fazendo denúncia contra o baixo salário, a redução da nossa grade curricular, o fechamento de escolas e a perda de lotação dos professores do estado. Os professores do município estão tendo corte de salário desde julho, funcionários administrativos também. Os profissionais que fizeram a greve estão tendo descontados [os dias parados] todo mês, desde julho. Teve gente com desconto na folha de novembro”, disse.

Segundo ela, a greve deste ano não trouxe nenhuma vantagem para a categoria, e a decisão sobre a legalidade do ato acabou indo parar no Supremo Tribunal Federal (STF). “O ministro [Luiz] Fux [do Supremo Tribunal Federal] considerou a greve ilegal. Nós fizemos um questionamento porque não era da alçada do STF esse tipo de discussão. Ele [Fux] mandou esse parecer para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que considerou a greve ilegal, o que facilitou o desconto. Nós entramos com uma liminar, ganhamos, então a prefeitura não poderia ter descontado, mas descontou, e até agora a



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Justiça não deu parecer nenhum com relação ao descumprimento dessa liminar pela prefeitura.”

Quanto à mudança de local de trabalho, ou seja, a lotação do professor, a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) informou que a liminar obtida pelo sindicato na Justiça “não garantiu a quem perdeu a lotação o retorno à escola de origem”, mas, apenas, que não poderia haver punição aos professores. De acordo com a Seeduc, foi necessário convocar concursados para não prejudicar os alunos, e os profissionais que perderam a lotação “foram encaminhados para outros colégios na própria região para a qual fizeram concurso”.

Na rede estadual, os processos disciplinares por abandono de cargo e os descontos no salário dos que participaram da greve foram abonados. A secretaria também destaca que desde 2011 foram implementados vários projetos de valorização profissional, como formação continuada, auxílio para qualificação e formação, além de aumento no auxílio-transporte e auxílio-alimentação e no piso estadual, que passou a ser quase o dobro do piso nacional.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) informou que não há perseguição por causa da greve, que foi considerada ilegal e, por isso, houve o desconto nos salários. A SME reitera que o plano de carreira negociado no ano passado foi aprovado e está em implantação, e que as escolas estão sendo climatizadas. Quanto aos descontos atuais, o órgão informou, por meio da assessoria de imprensa, que não são relativos ao período de maio e junho, mas de faltas não justificadas que tenham ocorrido.